



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATO Nº 37/2022

CONTRATO TRE-RO N. 37/2022

(Processo SEI TRE-RO n. 0000873-69.2022.6.22.8000)

Contratação pelo TRE-RO do objeto constante da Ata de Registro de Preços n. 04/2022 TRE-ES (evento 0865123), assinada em 21/07/2022, com vigência por 12 meses, a contar da sua última assinatura eletrônica, e gerenciada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES). Contratação decorrente da condição do TRE-RO de Partícipe do Pregão Eletrônico com registro de preços n. 35/2022/TRE-ES, cujas homologação e adjudicação foram publicadas no Diário Oficial da União - DOU n. 138, de 22/07/2022, Seção 3, fl. 240 (Processo SEI TRE-ES n. 0001048-53.2022.6.08.8000).

CONTRATO DE LICENÇAS DE ACESSO À PLATAFORMA INTEGRADA DE TREINAMENTO ONLINE, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA QUALITEK TECNOLOGIA LTDA.

Compareceram de um lado, a UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, situado na Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº ***.106.849-**, no uso de suas atribuições, a seguir designado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **QUALITEK TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o número 10.224.281/0001-10 estabelecida na Rua José Ribeiro Dantas, 275, sls 404/406, Lagoa Nova, CEP: 59062-480, em Natal-RN, telefone(s)/fax: (84) 4008-9454, (81) 40411811 e (61) 4002-4055, (11) 32300051, e endereço eletrônico/e-mail(s): tecnologia@qualitek.com.br, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por seu representante, senhor **DENNIS FERNANDES MEDEIROS**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº ***.417.344-**, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, têm, entre si, justo e avençado e celebram, por força do presente instrumento e de conformidade com as disposições legais, mormente, as normas: Lei nº 10.520 (Lei do Pregão), de 18/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 10.024, de 20/09/2019, Lei nº 8.666/93, e demais alterações posteriores, Resolução TRE-ES nº 140/2017 (Código de Ética), o presente CONTRATO, sob o regime de execução indireta - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, e consoante autorização no TRE-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

RO constante no Ofício nº 103/GABDG, de 20/05/2022 (evento 0833491), e também no Despacho nº 1499/GABDG, de 06/12/2022 (evento [0945613](#)), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de 400 (quatrocentas) licenças de acesso à plataforma integrada de treinamento online, especializada em oferta de conteúdos de capacitação e conscientização em Segurança da Informação.

Parágrafo Primeiro

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como as disposições do Edital do Pregão Eletrônico nº 35/2022/TRE-ES, além das obrigações assumidas na proposta firmada pela Contratada, e dirigida ao Contratante, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.

Parágrafo Segundo - Da Especificação de Objeto

Serviço de conteúdo na modalidade “Software as a Service” (SaaS) para treinamento usuários de TIC, por meio do acesso à plataforma online, especializada na oferta de conteúdos de capacitação e conscientização em Segurança da Informação.

A. CARACTERÍSTICAS GERAIS

1. Acesso ilimitado à biblioteca com, no mínimo, 300 (trezentos) itens de conteúdo de segurança da informação em português ou em língua estrangeira com legendas em português;

1.1 Requisitos adicionais:

a) Plataforma deve estar em conformidade com o padrão WCAG (versão 2 ou superior), para atender as necessidades de usuários com deficiências visuais, auditivas, motoras e cognitivas; e

b) Deve haver conteúdo específico voltado a LGPD Brasileira.

2. Entregar conhecimento através de conteúdos tais como: vídeos, games, quizzes, artes (posteriores), assessments (avaliações);

3. Prover gerenciamento de usuários e cursos, permitindo:

3.1. Seleção de módulos de treinamento por grupo de usuários;

3.2. Atribuição automática de treinamentos para novos usuários;

3.3. Disparo automático de e-mails de lembrete para usuários com treinamentos pendentes;

3.4. Carga de usuários por meio de arquivo .CSV;

3.5. Integração com o AD (Active Directory) da Contratante;

3.6. Inativação de usuários sem perda do histórico de dados; e

3.7. Permitir que uma licença utilizada por um usuário desligado da Contratante possa ser aplicada a um novo usuário, durante o período remanescente do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- 3.7.1. Neste caso, não é necessária a manutenção do histórico do usuário antigo.
4. Permitir inserir a identidade visual da Contratante nas campanhas e nas mensagens dirigidas aos usuários;
5. Permitir a carga de conteúdos próprios de treinamento em segurança da Informação da Contratante, em vídeo, no formato PDF ou no padrão SCORM;
- 5.1. Todas as funcionalidades de gestão disponíveis para os conteúdos nativos devem poder ser aplicadas aos conteúdos próprios da Contratante.
6. Permitir a carga e o aceite de políticas e normas de segurança da informação da Contratante;
7. Prover ambiente de gestão para acompanhamento online de progressão e desempenho dos usuários;
8. Disponibilizar detalhes sobre a porcentagem de inscrições, cursos iniciados, incompletos, concluídos e conhecimento da política de segurança e normas;
9. Prover ambiente de gestão que possibilite a criação de grupos de usuários com base em comportamento frente às simulações e treinamentos realizados;
10. Disponibilizar relatórios executivos e de gestão sobre as campanhas e resultados de treinamentos;
11. Permitir a emissão de certificados para os treinamentos;
12. Prover APIs de relatórios que permitam personalizar os documentos, integrando-os a outros sistemas de negócios para apresentar os dados a partir da plataforma;
13. Disponibilizar perfis de acesso para gestão de campanhas e treinamentos (desejável também perfil para auditoria, porém não obrigatório);
14. Possibilitar a autenticação em dois fatores para usuários e administradores;
15. Possibilitar a criação de campanhas simuladas de *phishing*, a fim de avaliar o comportamento dos usuários;
- 15.1 Permitir criação de número ilimitado de campanhas durante a vigência do contrato;
- 15.2. Disponibilizar pelo menos 50 modelos de campanhas em português e permitir a personalização dos modelos diretamente pela Contratante;
- 15.3 Manter histórico por usuário e por campanha; e
- 15.4. Permitir que os usuários sejam testados e instruídos instantaneamente sobre os indicativos fraudulentos da simulação;
16. Possibilitar a criação automatizada de um programa personalizado em segurança da informação ou fazer a recomendação automática de treinamentos, considerando, no mínimo, o nível de risco em segurança da informação dos usuários;
17. Apresentar painel gerencial com indicador de grau de maturidade em segurança da informação para cada usuário e para a instituição;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17.1. O grau de maturidade deve ser medido considerando-se pelo menos dois fatores: participação em treinamentos e avaliação nos testes de phishing;

18. Disponibilizar ambiente operacional para alunos e administradores totalmente em língua portuguesa (pt-br);

19. Para evitar dependência tecnológica, a plataforma deve prover APIs que permitam a exportação contínua de todas as informações gerenciais da plataforma de conscientização para base de dados própria da Contratante;

19.1. Informações como evolução da maturidade dos usuários, cursos efetuados, certificados, resultados de testes de phishing, etc, devem ser passíveis de exportação através de APIs; e

19.2. Essa característica permite que a Justiça Eleitoral, ao término do contrato, possa prosseguir com seu programa contínuo de capacitação, na forma determinada pelo TCU no Acórdão Plenário 3143/2021.

B. IMPLANTAÇÃO E SUPORTE

1. A Contratada deve disponibilizar, durante todo período contratual, um gerente de contas para apoiar e orientar a Contratante no uso da plataforma, cujas atribuições são:

1.1. Acompanhar o projeto (programa de conscientização);

1.2. Esclarecer dúvidas;

1.3. Sugerir proativamente novos caminhos para o programa; e

1.4. Ser ponte com o suporte técnico;

1.5. Configurar a conta e fazer a integração com a infraestrutura da Contratante (*onboarding*);

2. As atividades do gerente de contas podem ser desenvolvidas remotamente, com uso de meios de comunicação digital;

3. A Contratada deve efetuar, a partir das informações fornecidas pela Contratante, a implantação da solução (*onboarding*), tarefa que consiste na configuração e integração da infraestrutura tecnológica da Contratante com a plataforma, envolvendo, sempre que aplicável, no mínimo:

3.1. Inclusão das informações dos servidores da Contratada em listas de permissão (*whitelisting*) da Contratante;

3.2. Configuração da integração com Active Directory e ADFS;

3.3. Carregamento dos usuários (extraídos do AD) e classificação em grupos; e

3.4. Habilitação de Duplo Fator de Autenticação.

4. Deve ser agendada no mínimo 1 (uma) reunião por videoconferência entre o gerente de contas e os administradores da Contratante para passagem de conhecimento, durante o período de *onboarding*;

4.1. A passagem de conhecimento deve envolver, no mínimo:

4.1.1. Melhores práticas para implantação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- 4.1.2. Forma de Acesso dos usuários e download de conteúdos;
- 4.1.3. Criação de grupos inteligentes;
- 4.1.4. Atribuição de treinamentos a grupos de usuários;
- 4.1.5. Carga de conteúdos da Contratante;
- 4.1.6. Criação e automatização de campanhas de phishing;
- 4.1.7. Criação de roles (papeis) de segurança;
- 4.1.8. Carga, inativação e exclusão de usuários;
- 4.1.9. Personalização de identidade visual; e
- 4.1.10. Emissão e extração de relatórios;
- 4.2. Toda instrução e passagem de conhecimento é aberta ao quantitativo de profissionais necessários para gestão da plataforma, a critério da Contratante;
- 4.3. A Contratante poderá ainda, a seu critério, solicitar a inclusão de qualquer outro tema relacionado às especificações constantes neste instrumento;
- 5. A critério da Contratante, podem ser solicitadas outras reuniões por videoconferência com o gerente de contas durante a vigência do contrato.

Parágrafo Terceiro - Da Comunicação entre Contratante e Contratada

- a) Toda e qualquer documentação relativa à contratação deverá ser encaminhada à outra parte, prioritariamente, através de correio eletrônico.
- a.1) O Contratante poderá, a seu critério, solicitar a apresentação de documento original ou cópia autenticada para verificação da autenticidade dos documentos enviados por correio eletrônico.
- b) A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da Contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de e-mail.
- c) Os endereços eletrônicos de contato são:
 - c.1) Contratante:
 - c.2) Contratada:

Parágrafo Quarto – Da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

- 1. As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

3. A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

4. As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA DAS LICENÇAS E DESTE CONTRATO

As licenças deverão ter vigência por um período de 36 (trinta e seis meses) meses.

Parágrafo Primeiro - Do Cronograma Executivo

A execução do objeto observará o seguinte cronograma, observando-se que todos os prazos serão contados em dias úteis e, ainda, que havendo antecipação das entregas, os prazos posteriores são automaticamente antecipados:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
1	Assinatura do Contrato	Dia D
2	Reunião - Alinhamento do Programa e Apresentação de Funcionalidades da Plataforma.	D + 5
3	Entrega da fase 1 - Liberação das licenças de acesso à plataforma	D + 5 (E1)
4	Apresentação do documento fiscal - Fase 1	D + 7
5	Aceite Técnico Definitivo - Fase 1	D + 9
6	Pagamento - Fase 1 (60% do total)	D + 19
7	Entrega da Fase 2 - Configuração da conta, carga de Usuários e a integração com a infra da Contratante (onboardind) Finalizada. Passagem de Conhecimento Finalizada.	D + 30 (E2)
8	Apresentação do documento fiscal - Fase 2	D + 35
9	Aceite Técnico Definitivo - Fase 2	D + 37
10	Pagamento - Fase 2 (40% do total)	D + 47
		(E1)+36



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11	Vigência das Licenças de Uso	meses
----	-------------------------------------	--------------

Parágrafo Segundo

A vigência do presente contrato terá início na data de sua assinatura e término 36 (trinta e seis) meses após o início da vigência das licenças.

Parágrafo Terceiro

Conteúdo da reunião de alinhamento do programa:

1. Estabelecimento do primeiro contato entre o gerente de contas e os administradores da plataforma;
2. Detalhamento das funções do gerente de contas, onde ele explica qual o seu papel e como apoiará o programa;
3. Discussão sobre melhores práticas para implantação do programa;
4. Apresentação das funções básicas da plataforma.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

1. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e fiscalização dos serviços, nos aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada; 1.1. Os fiscais técnicos acompanharão a disponibilidade mensal da plataforma, informando sempre que houver infração aos níveis de serviço estabelecidos;
2. Proceder ao recebimento definitivo do objeto, por intermédio de servidores especialmente designados;
3. Enviar à Contratada a relação nominal dos usuários que terão acesso a plataforma, incluindo email, no caso de carga manual dos usuários;
4. Prover as condições necessárias para integração da plataforma como o Active Directory, (AD) no caso de carga via integração com o AD;
5. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas neste instrumento.

Parágrafo Único - Do Recebimento e Aceite

A) FASE 1

- a.1) A documentação que comprova a aquisição das licenças deve ser encaminhada por meio digital para o email da CONTRATANTE indicado no contrato, no prazo estabelecido neste instrumento;
- a.2) O recebimento da mensagem com as informações caracterizará o RECEBIMENTO PROVISÓRIO relativo à ENTREGA 1 (E1);
- a.3) O fiscal técnico do contrato verificará a autenticidade das licenças na plataforma no prazo de até 4 (quatro) dias úteis após a entrega E1;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a.4) A Contratada enviará o documento fiscal no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a entrega E1;

a.5) O recebimento da nota fiscal e a verificação da autenticidade das licenças na plataforma, caracterizará o RECEBIMENTO DEFINITIVO relativo à ENTREGA 1 (E1).

B) FASE 2

b.1) O registro formal do término das atividades de *onboarding* (configurar a conta, fazer carga de Usuários e a integração com a infra da Contratante) deve ser feito através do endereço eletrônico determinado no contrato;

b.2) A passagem de conhecimento para os gestores da plataforma deverá ocorrer dentro do prazo estabelecido neste instrumento;

b.3) O envio da mensagem eletrônica e o término da passagem de conhecimento caracterizarão a Entrega 2 (E2);

b.4) O recebimento da mensagem eletrônica e o término da passagem de conhecimento caracterizarão o RECEBIMENTO PROVISÓRIO relativo à ENTREGA 2 (E2);

b.5) O fiscal técnico do contrato, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, emitirá parecer relativo à execução do serviço, verificando se foram cumpridas todas as exigências e se foi repassado todo o conteúdo;

b.6) A Contratada enviará o documento fiscal no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a entrega 2 (E2);

b.7) O recebimento da nota fiscal e o parecer técnico previsto no subitem 6.8 caracterizarão o RECEBIMENTO DEFINITIVO relativo à ENTREGA 2 (E2).

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Proceder à assinatura digital do instrumento contratual em até 03 (três) dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE/RO;

b) Executar o objeto em conformidade com as especificações contidas neste instrumento;

c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990), bem como pela reparação dos danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual;

d) Garantir a execução da passagem de conhecimento aos administradores da plataforma;

e) Manter as licenças de acesso ativas, em conformidade com os prazos estabelecidos neste instrumento;

e.1) O tempo máximo de paralisação mensal permitido para a plataforma será de 8h, implicando em uma disponibilidade mensal de aproximadamente 99%;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- e.2) A Contratada deve prover uma forma de verificar a disponibilidade mensal da plataforma;
- f) Manter, durante toda a vigência do contrato o quantitativo mínimo de treinamentos especificados neste instrumento;
- g) Notificar à Contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sobre a exclusão de algum conteúdo;
- h) Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional;
- h.1) Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;
- i) Comunicar ao tribunal qualquer alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie as disposições da Resolução CNJ nº 07/2005 e alterações posteriores;
- j) Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação exigidas na contratação;
- k) Cumprir o disposto no Anexo I deste instrumento (Termo de Compromisso e Manutenção e Sigilo).

Parágrafo Único - Do Suporte Técnico

- a) Para o fiel cumprimento das obrigações previstas neste instrumento, a Contratada informou e obriga-se a manter durante toda a vigência do contrato
 - a.1) Gerente de Contas:
 - a.1.1) Nome completo:
 - a.1.2) Telefone:
 - a.1.3) Endereço eletrônico:
 - a.2) Suporte:
 - a.2.1) Telefone:
 - a.2.2) Endereço eletrônico:
- b) A Contratada deverá designar um gerente de conta capacitado, treinado e qualificado para cumprir as funções dispostas neste instrumento, disponível 5 dias da semana (úteis) x 8 horas por dia;
 - b.1) A impossibilidade de estabelecer comunicação com o gerente técnico por mais de 2 (dois) dias úteis através dos canais formais implicará em sanções à Contratada;
 - b.2) A Contratada deverá substituir o gerente de contas no prazo máximo de 10 dias úteis após solicitação formal da Contratante;
- c) Os canais de atendimento para suporte a problemas técnicos na plataforma devem estar disponíveis 5 dias na semana (úteis) x 8h por dia, sendo que:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c.1) O suporte deverá ser prestado via telefone e/ou email, sendo desejável atendimento online com registro de abertura de chamado;

c.2) A impossibilidade de estabelecer comunicação com o suporte técnico por mais de 1 (um) dia útil através dos canais formais implicará em sanções à Contratada;

c.3) A Contratada deverá fornecer, no que couber, os documentos e privilégios (códigos, usuários, senha, etc.) necessários para abertura de chamado de suporte técnico;

d) A Contratada deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE, com pelo menos 10 dias de antecedência, sobre eventual alteração nos canais de comunicação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O Contratante pagará à Contratada, pelo objeto deste Contrato, a importância total de **R\$ 23.996,00 (vinte e três mil novecentos e noventa e seis reais), sendo R\$ 59,99 o valor unitário das licenças (400 licenças)**, mediante depósito bancário em conta corrente, até o 10º (décimo) dia útil seguinte ao atesto do documento fiscal pelo servidor responsável, desde que não haja fator impeditivo provocado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Primeiro

O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere as retenções tributárias.

Parágrafo Segundo

O pagamento fica condicionado à prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, a Previdência Social e junto ao FGTS.

Parágrafo Terceiro

O documento fiscal apresentado por ocasião do pagamento deverá ser, obrigatoriamente, emitido pelo mesmo estabelecimento habilitado no procedimento licitatório.

Parágrafo Quarto

Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada pelo Gestor do Contrato e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

Parágrafo Quinto

A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF n.º 1234/2012, deverá apresentar declaração **ORIGINAL (01) via** na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, **JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Parágrafo Sexto

A declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente do presente objeto tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA, bem como se encontra em compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2020/2023 e a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e correrá à conta dos seguintes recursos orçamentários:

AÇÃO: 02.122.0570.20GP.0032 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Natureza da despesa: 339040 – Serviços Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica, consoante Nota de Empenho nº 2022NE000813, de 07/12/2022 (evento [0953510](#)).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Em conformidade com as disposições previstas no edital de licitação, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

1. Pelo atraso injustificado na entrega de cada uma das fases, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa diária correspondente a **0,5% (meio por cento)** incidente sobre o valor do contrato, até o 20º (vigésimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento);
2. Pela inexecução do contrato, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa de **30% (trinta por cento)** sobre o valor do contrato;
3. Pela relação de eventos, a Contratada estará sujeita a sanções da seguinte forma:

Grau de Severidade Leve

L1 – Notificação de Descumprimento Contratual – Quando for o caso, a CONTRATADA será notificada e deve adequar-se à exigência contratual formalizada pela Equipe de Gestão Contratual em até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de recebimento da notificação. Findo o prazo e mantendo-se os motivos que levaram a notificação, a CONTRATADA estará sujeita a multa diária de **2 (duas) vezes o valor unitário da licença contratada**, limitados ao total de até **30 (trinta) dias corridos**, quando restará configurada uma inexecução contratual.

Grau de Severidade Moderado



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

M1 – Multa fixa (MLT-FIXA) de **5 (cinco) vezes o valor unitário da licença de usuário contratada** OU multa diária (MLT- DIÁRIA) de **50% do valor unitário da licença de usuário contratada**. Nos casos da multa diária, a CONTRATADA deve adequar-se em no máximo até **10 (dez) dias corridos**, quando restará configurada uma inexecução contratual.

M2 – Multa fixa (MLT-FIXA) de **25 (vinte e cinco) vezes o valor unitário da licença de usuário contratada** OU multa diária (MLT-DIÁRIA) de **5 (cinco) vezes o valor unitário da licença de usuário contratada**. Nos casos da multa diária, a CONTRATADA deve adequar-se em no máximo até **5 (dias) dias corridos**, quando restará configurada uma inexecução contratual.

M3 – Multa fixa (MLT-FIXA) de **50 (cinquenta) vezes o valor unitário da licença de usuário contratada** OU multa diária (MLT- DIÁRIA) de **10 (dez) vezes o valor unitário da licença de usuário contratada**. Nos casos da multa diária, a CONTRATADA deve adequar-se em no máximo até **5 (cinco) dias corridos**, quando restará configurada uma inexecução contratual.

Grau de Severidade Grave/Inexecução Contratual

Multa de **30% (trinta por cento) sobre o objeto inexecutado** e ressarcimento à contratante o valor correspondente ao período inexecutado, com as devidas atualizações.;

G1 – Rescisão contratual

G2 – Suspensão por até 5 (cinco) anos de participação em licitação;

G3 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

MLT-DIÁRIA: Multa diária calculada em função de percentuais estabelecidos para M1, M2 e M3. MLT-FIXA: Multa fixa indicadas em M1, M2 e M3, parcela única.

RELAÇÃO DE EVENTOS

Nº	Evento	Grau de Severidade						
		Leve		Moderado		Grave		
		L1	M1	M2	M3	Inexecução Contratual		
						G1	G2	G3
1	Apresentar documentação falsa.					1ª	1ª	1ª
2	Não manter a Proposta.					1ª	1ª	1ª
3	Fraudar a execução do contrato.					1ª	1ª	1ª



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4	Comportar-se de modo inidôneo.					1 ^a	1 ^a	1 ^a
5	Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.					1 ^a	1 ^a	1 ^a
6	Negar-se a assinar o contrato no prazo estabelecido.					1 ^a	1 ^a	1 ^a
7	Não designar Gerente de Contas	1 ^a						
8	Deixar de substituir Gerente de Contas no prazo de 10 (dez) dias úteis após solicitação formal da contratante (MLT-DIÁRIA)	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a		
9	Quando o Gerente de Contas não apresentar-se em reunião pré-agendada (MLT-FIXA)		1 ^a	2 ^a	3 ^a a 6 ^a	7 ^a		
10	Impossibilidade estabelecer comunicação com o gerente técnico por mais de 2 (dois) dias úteis através dos canais formais. (MLT-DIÁRIA)		1 ^a	2 ^a	3 ^a a 4 ^a	5 ^a		
11	Impossibilidade estabelecer comunicação com o suporte técnico por mais de 1 (um) dia útil através dos canais formais. (MLT-DIÁRIA)		1 ^a a 5 ^a	6 ^a a 15 ^a	16 ^a a 20 ^a	21 ^a		
12	Reduzir quantidade de treinamentos (conteúdo) da plataforma para valor inferior ao mínimo exigido.					1 ^a		
13	Não comunicar a exclusão de conteúdo com antecedência mínima de 30 (trinta) dias (MLT-FIXA).		1 ^a	2 ^a a 5 ^a	6 ^a em diante.			
14	Não honrar o prazo de vigência das licenças de acesso ou interromper totalmente o acesso à plataforma por período superior a 7 dias dentro de um mês.					1 ^a	1 ^a	1 ^a
15	Indisponibilidade da plataforma por período superior à 8 horas no mês, cuja 1 ^a justificativa não for acatada pelo TRE-RO (MLT-FIXA)		1 ^a	2 ^a a 4 ^a	6 ^a a 10 ^a	11 ^a		
16	Não responder dentro do prazo estabelecido os esclarecimentos solicitados pela fiscalização do contrato no que diz respeito ao cumprimento do objeto contratado, mesmo os de ordem técnica, operacional ou administrativa. (MLT- FIXA)	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a a 10 ^a	11 ^a		
17	Deixar de comunicar formalmente à CONTRATANTE, com pelo menos 10 dias de antecedência , sobre a alteração dos canais formas de comunicação definidos em contrato.		1 ^a a 2 ^a	3 ^a a 4 ^a	5 ^a a 7 ^a	8 ^a		



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18	Descumprir qualquer dispositivo do termo de sigilo, da política de segurança ou do código de ética da CONTRATANTE					1 ^a	1 ^a	1 ^a
19	Não guardar sigilo dos dados processados no TRE-RO e/ou divulgar sem autorização formal do Gestor ou Fiscal Técnico do Contrato, informações tratadas nas dependências da CONTRATANTE.					1 ^a	1 ^a	1 ^a
20	Deixar de comunicar formalmente a Equipe de Gestão Contratual as eventuais irregularidades (MLT-FIXA)		1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a		
21	Descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas por mais de 30 (trinta) dias corridos para o caso de notificações L1, 10 (dez) dias corridos no caso de multas com grau de severidade M1 e 5 (cinco) dias corridos para multas com grau de severidade M2 e M3, cuja justificativa não for acatada pelo TRE-RO					1 ^a	1 ^a	1 ^a
22	Qualquer outra obrigação prevista não cumprida pela CONTRATADA, incluindo as exigidas do gerente técnico e dos demais profissionais alocados. (MLT-FIXA ou MLT-DIÁRIA), conforme o caso	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a em diante			

A Relação de Eventos apresenta um conjunto não exaustivo dos eventos causadores de sanções contratuais. Para cada um dos eventos descritos, uma ou mais sanções poderão ser aplicadas. A tabela a seguir apresenta uma amostra do relacionamento de eventos e sanções. O número dentro da tabela descreve o número de vezes (primeira ocorrência e demais reincidências) que o evento ocorreu durante a vigência do contrato (nota-se que, de acordo com os critérios, a reincidência aumentará o grau de severidade).

Parágrafo Primeiro

O atraso superior a 20 (vinte) dias na entrega de cada uma das fases caracterizará a inexecução contratual, suscetível à punição conforme disposto na alínea “b”.

Parágrafo Segundo

Excepcionalmente, após esse prazo e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o objeto poderá ser entregue no prazo suplementar de até 20 (vinte) dias, sujeitando-se a Contratada à aplicação de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor do objeto, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento), cumulativa à multa prevista na alínea “a”.

Parágrafo Terceiro

A solicitação de prorrogação do prazo de início da execução dos serviços, na forma do parágrafo anterior, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensej-la.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Parágrafo Quarto

Os prazos admitem prorrogação somente nos casos em que o motivo do atraso ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE-RO.

Parágrafo Quinto

As penalidades acima não excluem as previstas no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, de 20/09/2019.

Parágrafo Sexto

A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

Parágrafo Sétimo

Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente.

Parágrafo Oitavo

As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF, em conformidade com as disposições do parágrafo 2º do art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, de 20/09/2019.

Parágrafo Nono

A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

Parágrafo Décimo

A contagem do prazo estabelecido na alínea "a" do *caput* inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

Parágrafo Décimo Primeiro

A contagem do prazo estabelecido no §2º inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente do TRE-RO, ou a partir do término do prazo estabelecido na alínea "a", caso esta contagem seja mais favorável à Contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS E DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Da aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão temporária para contratar com a Administração, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação.

Parágrafo Primeiro – Do Pedido de Reconsideração



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

No caso de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação, correndo igual prazo para apreciação do pedido de reconsideração.

Parágrafo Segundo – Da Autoridade Competente

Os recursos e pedidos de reconsideração serão dirigidos ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do TRE-RO, que os decidirá no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato assegurará aos Contraentes, nos termos dos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, o direito de dá-lo por rescindido, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

A Gestão deste Contrato será realizada pelo titular da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE (e-mail: coede@tre-ro.jus.br, telefone (69) 3211-2014) e a Fiscalização deste Contrato será realizada pelo ocupante da função de Assistente-III da COEDE, ou por seus respectivos substitutos, na ausência dos titulares referidos, cabendo-lhes, nessas condições, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DESPESAS DE PUBLICAÇÃO

Correrão por conta do Contratante as despesas de publicação que incidirem ou venham a incidir sobre este Contrato, inclusive a de publicação de seu extrato no Diário Oficial da União, que será providenciada pela Administração até o 5º dia útil do mês subsequente ao da assinatura para ocorrer no prazo de 20 dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei n. 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste instrumento ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem justos e acordados, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato assinado eletronicamente pelas partes contrariantes e pelas testemunhas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Porto Velho/RO, dezembro de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES	DENNIS FERNANDES MEDEIROS
Pelo CONTRATANTE	Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva	Luciano da Silva Santos
CPF: 567.849.102-49	CPF: 812.434.482-53
Testemunha	Testemunha

ANEXO I DO CONTRATO TRE-RO N. 37/2022

(Processo SEI TRE-RO n. 0000873-69.2022.6.22.8000)

**TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO,
VINCULADO AO CONTRATO TRE-RO N.º 37/2022, QUE ENTRE
SI CELEBRAM O TRE-RO E A EMPRESA QUALITEK
TECNOLOGIA LTDA.**

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO referido, doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá vir a ter acesso a informações confidenciais da CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações confidenciais, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

As partes já qualificadas no Contrato supramencionado resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante denominado TERMO, acordo vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, a partir do Procedimento Administrativo respectivo e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O objeto deste TERMO é prover a necessária e adequada proteção às INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS fornecidas pela CONTRATANTE à CONTRATADA, em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

CLÁUSULA SEGUNDA

DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a toda informação escrita, verbal ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, base de dados, técnicas, designs, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, fitas, contratos, listagens e documentações com informações confidenciais, processos, projetos, outras informações técnicas, demais documentos e informações utilizados na execução dos serviços do contrato, dentre outros, denominadas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, a que, diretamente ou através de seus diretores, empregados e/ou prepostos, venham lhe ser confiadas durante e em razão das tratativas realizadas e do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as PARTES.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA se obriga a manter o mais absoluto sigilo com relação a todas as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS que venham a ser fornecidas pela CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - Compromete-se, outrossim, a CONTRATADA a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos, faça uso dessas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS de forma diversa da de executar o CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA deverá tomar as devidas providências para que as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS fiquem restritas ao conhecimento dos diretores, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas atividades, discussões, análises, reuniões e negócios, devendo cientificá-los da existência deste Termo e da natureza confidencial destas informações.

CLÁUSULA TERCEIRA

DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às informações que:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;
- Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

A CONTRATADA se compromete e se obriga a utilizar a INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL revelada pela CONTRATANTE exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, mantendo sempre estrito sigilo acerca de tais informações.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer cópia da informação confidencial sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

I - Este consentimento será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno, para os fins acima referidos, pelos diretores, empregados e/ou prepostos que necessitem conhecer tal informação, para os objetivos do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA compromete-se a dar ciência deste TERMO à direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, bem como a obter deles o aceite formal das obrigações aqui dispostas.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL da CONTRATANTE, bem como para evitar e prevenir revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA tomará as medidas de cautela cabíveis, na mesma proporção em que tomaria para proteger suas próprias informações confidenciais, a fim de manter as informações confidenciais em sigilo.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA compromete-se a separar as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS de propriedade da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATADA dos materiais confidenciais de terceiros para evitar que se misturem.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA se obriga a submeter-se, na execução do CONTRATO PRINCIPAL, às diretrizes da Política de Segurança da Informação da CONTRATADA e normativos correlacionados.

CLÁUSULA QUINTA

DO RETORNO DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

Todas as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS reveladas pela CONTRATANTE à CONTRATADA permanecem como propriedade exclusiva da CONTRATANTE, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

I - Ao término do prazo de 6 (seis) meses após o término do CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA assume a responsabilidade de remover de suas bases de dados e/ou plataformas e/ou arquivos, as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS da CONTRATANTE que tenham sido a ela fornecidas para CONTRATANTE ou geradas por força da execução contratual.

CLÁUSULA SEXTA

DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as PARTES buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA na execução do CONTRATO PRINCIPAL;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL;

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das PARTES, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

CLÁUSULA NONA

DO FORO

As PARTES elegem o foro da Seção Judiciária do Estado de Rondônia para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente Termo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja

E por estarem justos e acordados, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato assinado eletronicamente pelas partes contrariantes e pelas testemunhas.

Porto Velho/RO, dezembro de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	DENNIS FERNANDES MEDEIROS Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: 812.434.482-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **DENNIS FERNANDES DE MEDEIROS, Usuário Externo**, em 08/12/2022, às 15:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 12/12/2022, às 08:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 12/12/2022, às 09:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0953891** e o código CRC **8708C092**.

0000873-69.2022.6.22.8000

PROCESSO: 0000873-69.2022.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO - TRE-ES

ASSUNTO: ADESÃO À INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO (órgão participante) – SRP – Pregão Eletrônico nº 35/2022 TRE-ES – Ata de Registro de Preços nº 04/2022 – licença de acesso à Plataforma Integrada de Treinamento Online, especializada em oferta de conteúdos de capacitação e Conscientização em Segurança da Informação. Análise

PARECER JURÍDICO Nº 248 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pelo Gabinete da Diretoria-geral (GABDG), com o objetivo de contratação conjunta com os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) de empresa para eventual fornecimento de solução de licença de acesso à Plataforma Integrada de Treinamento Online, especializada em oferta de conteúdos de capacitação e Conscientização em Segurança da Informação, via adesão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

à INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS divulgada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Espírito Santo (TRE-ES), por meio Ofício-Circular n. 01/2022 – TRE-ES/PRES/DG/STI ([0806269](#)).

02. Neste documento, foi informado que esta contratação está prevista na Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral, Anexo I – Arquitetura de Cibersegurança – 2021 a 2024 – TSE e TRES ([0731737](#)), item SG10 – Solução para Cibersegurança da Justiça Eleitoral, enviada aos TREs por meio do Ofício-Circular GAB-DG TSE 254/2021, de agosto de 2021, e fundamentada no Acórdão TCU/Plenário 3143/2021 (item 9.1.5). Também, esclareceu que, em razão de as contratações previstas na estratégia mencionada serem planejadas por grupos de até 4 Regionais para atender a Justiça Eleitoral do país, coube ao TRE-ES, com apoio do TREs do Distrito Federal, Goiás e Tocantins, a condução do processo administrativo de contratação da solução pretendida como órgão gerenciador na elaboração dos documentos de planejamento, o qual contemplará as demandas de todos os demais TREs interessados. E, portanto, solicitou este TRE-RO que se manifesta sobre o interesse em participar da contratação conjunta em apreço, informando o quantitativo a ser registrado para item, uma vez que tal manifestação é imprescindível para o prosseguimento da contratação, nos termos do art. 6º, I, Decreto n. 7.892/2013.

03. Recebida a demanda pela Diretoria-geral, encaminhou-se o feito para Secretária de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) e Secretária de Gestão de Pessoas (SGP), a fim de que participassem de videoconferência sobre uma das soluções que atendem aos requisitos iniciais previstos no planejamento e que emitissem avaliações sobre a demanda do TRE-ES ([0806270](#)). Por sua vez, após Informação n. 27/2022 – PRES/DG/SGP/COEDE ([0807292](#)), o secretário substituto da STIC manifestou-se pela participação na contratação conjunta citada e informou a estimativa de quantitativo do item do objeto, conforme Manifestação nº 1/2022 – PRES/DG/STIC/GABSTIC ([0807723](#)) e Informação n. 28/2022 – PRES/DG/STIC/GABSTIC ([0807860](#)).

04. Em seguida, a DG expediu o Ofício n. 53/2022 – PRES/DG/GABDG ([0807818](#) e [0809120](#)), respondendo positivamente à contratação conjunta na condição de órgão participante do registro de preço conduzido pelo TRE-ES e indicando os quantitativos de item para o atendimento das necessidades deste Tribunal.

05. Concluídos, no âmbito do TRE-ES, a instrução e tramitação do processo administrativo referente ao Pregão Eletrônico TRE-ES SRP nº 35/2022, no qual o objeto foi definido como **LICENÇAS DE**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ACESSO À PLATAFORMA INTEGRADA DE TREINAMENTO ONLINE, ESPECIALIZADA EM OFERTA DE CONTEÚDOS DE CAPACITAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, o órgão gerenciador, mediante Ofício-Circular n. 4/2022 - TRE-ES/PRE/DG/GAB-DG ([0865120](#)), informou que KnowBe4, versão “Diamond”, foi a plataforma vencedora com o custo unitário da licença de R\$ 59,00 (cinquenta e nove reais) e acesso pelo período de 36 meses e encaminhou os seguintes documentos com intuito de subsidiar a efetivação da contratação pretendida neste Regional:

- Estudo Técnico Preliminar - [0865125](#);
- Edital de Licitação nº 1179 – TRE-ES/PRE/DG/SAO/COMAP/SL e seus Anexos (Anexo I - Termo de Referência, Anexo II – Declaração de Dados Cadastrais do Licitante, Anexo III - Minuta de Instrumentos Contratuais e Anexo IV – Proposta Comercial para Composição de Preço) - [0865124](#);
- Ata de Registro de Preços ARP nº 04/2022 - [0865123](#);

06. Diante disso, em razão de a contratação tratar de capacitação de servidores e colaboradores, atribuição da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento COEDE/SGP ([0865794](#), [0865847](#) e [0867855](#)), esta unidade elaborou a Solicitação de Contratação 10 ([0887076](#)), impulsionando as providências necessárias deste Tribunal para realização da contratação, consoante Despacho n. 2972/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0924938](#)).

07. Prontamente, o Coordenador da COFC registrou que a despesa está prevista no planejamento orçamentário deste exercício ([0925405](#)), motivo pelo qual a Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) juntou aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 23.996,00 (vinte e três mil novecentos e noventa e seis reais) e informou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([0925436](#)).

08. Por sua vez, a Seção de Contrato (SECONT) juntou a minuta do instrumento contratual ([0931711](#)), elaborada com base, principalmente, nas informações constantes no evento [0924938](#).

09. Salienta-se que documentos juntados aos eventos [0895640](#), [0895643](#), [0895645](#), [0919649](#), [0919751](#), [0923771](#), [092435](#)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

[2](#) e [0924895](#) foram desconsiderados, pois são oriundos de trâmite processual indevidamente impulsionado pelo Despacho n. 2189/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0887157](#)), o qual foi anulado no Despacho n. 2972/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0924938](#)).

10. Desta forma instruídos, os autos vieram a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico. **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

11. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (0000873-69.2022.6.22.8000) até a presente data.

12. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022 - e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos - é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO).

13. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

14. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

15. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – DA REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO STIC

16. Como condição prévia para a análise, e em se tratando de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), forçoso reduzir-se à obediência da Resolução nº 182/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que trata das diretrizes para esse tipo de contratação no âmbito do Poder Judiciário e ainda aplicável as contratações baseadas na Lei 8.666/93, segundo o § 2º do art. 1º da Resolução CNJ n. 468/2022. Diante disso, é necessário fazer as ponderações abaixo.

17. Primeiramente, é importante registrar que os atos referentes a fase dos estudos preliminares desta solução de tecnologia da informação e comunicação (STIC) ocorreram de forma extraordinária, pois o rito mais adequado seria a constituição da equipe de planejamento e elaboração do ETP por este TRE-RO antes da manifestação sobre a adesão a contratação conjunta com TRE-PB ou pelo menos antes da realização do certame pelo órgão gerenciador.

18. Contudo, esta assessoria jurídica entende que, neste caso concreto, não houve descumprimento da norma citada, pois os trâmites processuais a serem adotados pelos Regionais nas contratações das variadas soluções necessárias à implantação da Estratégia Nacional de Cibersegurança para o período de 2021 a 2024, da qual esta aquisição pretendida está inserida, foram **definidos pelo próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**, como se verifica no Ofício-circular GAB-DG n. 287/2022 ([0831909](#)), juntado no Processo Administrativo SEI n. [0002839-04.2021.6.22.8000](#).

19. No aludido documento, o Diretor-geral do TSE esclarece que compete aos Regionais designados como órgão gerenciador das atas a responsabilidade de elaboração dos documentos essenciais às contratações, conforme se verifica na transcrição abaixo:

O Decreto nº 7.892/2013 traz, de forma expressa, em seu art. 6º, as competências do órgão participante do sistema de registro de preços, nos seguintes termos:

"Art. 6º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e **respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico**, nos termos da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), e da [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#), adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições".

Observa-se que o decreto exige dos órgãos participantes, tão somente, o encaminhamento da estimativa de consumo, local de entrega e respectivas especificações, podendo tais informações serem consolidadas, a critério do órgão participante, em termo de referência ou projeto básico. Nota-se que o decreto, em diversos momentos, usa o termo "especificações" como alternativa ao termo de referência ou projeto básico:

"Art. 6º, § 5º: Caso o órgão gerenciador aceite a inclusão de novos itens, o órgão participante demandante elaborará sua **especificação ou termo de referência ou projeto básico**, conforme o caso, e a pesquisa de mercado, observado o disposto no art. 6º".

Assim, a elaboração de termo de referência ou projeto básico não é obrigatória ao órgão participante, cabendo tal atribuição ao órgão gerenciador, nos termos do art. 5º do citado decreto:

"Art. 5º Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

(...).

II - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório".

Nesse mesmo sentido, o Tribunal Superior Eleitoral editou a Instrução Normativa TSE nº 11/2021, que regulamenta as fases das contratações no âmbito do Tribunal e, assim, dispõe quanto à participação em registro de preços:

"Art. 44, §2º É dispensável a elaboração de Projeto Básico ou de Termo de Referência nos casos em que o Tribunal seja participante de licitação, nos termos do art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, necessária, entretanto, a instrução dos autos com as informações requeridas no art. 6º do mesmo decreto".

Assim, solicito os bons préstimos de Vossa Senhoria no sentido de observar tais orientações na condução do processo administrativo referente ao certame licitatório eventualmente sob responsabilidade desse Regional.

(...) (Sublinhou-se)

20. Diante disso, no tocante aos documentos essenciais resultantes das etapas do estudo preliminar previstos no §1º do artigo 12 da Resolução CNJ nº 182/2013, observa-se que a equipe de planejamento do TRE-PB elaborou **ETP** ([0865125](#)), nos termos do § 2º do art. 12 da resolução citada - e **TR** (Anexo I do Edital PE n. 35/2022 - [0865124](#), p. 14-29).

21. Assim, quanto ao procedimento previsto pela norma mencionada, considerando as ressalvas feitas nesta seção do opinativo, as diretrizes específicas foram observadas no caso em tela.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV – ADESÃO A INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO

22. A eventual contratação ora pretendida pela Administração deriva da **adesão à contratação conjunta**, concebida na Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral e conduzida pelo **TRE-ES**, dessa forma, o TRE-RO atua na condição de **órgão participante**, situação jurídica definida pelo **artigo 2º, IV e prescrita pelo artigo 6º, ambos do Decreto nº 7.892/2013**.

23. O referido procedimento está compreendido pelo Sistema de Registro de Preço – SRP, o qual encontra amparo normativo originalmente no disposto no art. 15, inciso II, da Lei nº 8.666/93, tendo sido regulamentada pelo decreto citado. Assim, cumpre-nos tecer breve comentário sobre este instituto.

24. Nas lições de Jorge Ulisses Jacoby FERNANDES, em seu livro intitulado Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico, 2ª edição, editora Fórum, 2007:

Sistema de Registro de Preço é um procedimento especial de licitação que se efetiva por meio de uma concorrência ou pregão *sui generis*, selecionando a proposta mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, para eventual e futura contratação pela Administração. Nesse sentido, cabe destacar suas principais características:

a) a tabela de preços proveniente de determinado Sistema terá validade não superior a doze meses (art. 15, § 3º, inc. III da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 12, § 2º do Dec. Nº 7.892/2013);

b) a celebração de Ata de Registro de Preço (ARP) que é documento vinculativo e obrigacional, gerador de expectativa de contratação (art. 13 ss do decreto em comento), ou seja, se os preços de mercado se mostrarem mais vantajosos do que aqueles registrados, poderá a Administração contratá-los, detrimento deste, por meio da realização de licitação ou por via de contratação direta (art. 15, §4º, Lei nº 8.666/93);

c) o processamento do SRP apenas por meio das modalidades concorrência (art. 15, § 3º, I, da Lei de Licitações e Contratos) e pregão (art. 11 da Lei 10.520/2020);

d) a possibilidade de não indicar a dotação orçamentária na licitação para a formação do registro de preço, sendo apenas obrigatória antes da formalização do contrato ou outro instrumento hábil (§ 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013).

25. Feitas tais considerações, é oportuno examinar o instituto jurídico da IRP que, embora não apresente sua conceituação, foi regulamentado pelo decreto mencionado e que, em suma, objetiva a ampliação de participantes em determinado registro de preço somando-lhe as demandas. Veja-se:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 4º Fica instituído o procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, a ser operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais - SIASG, que deverá ser utilizado pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, para registro e divulgação dos itens a serem licitados e para a realização dos atos previstos nos incisos II e V do caput do art. 5º e dos atos previstos no inciso II e caput do art. 6º.

(...)

25. Extrai-se a finalidade da criação de tal ferramenta no site www.comprasgovernamentais.gov.br:

O presente manual tem por finalidade orientar os servidores habilitados e cadastrados a operarem a funcionalidade de “INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP, que tem como finalidade **permitir à Administração tornar públicas suas intenções de realizar Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais, que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala.** (Intenção de Registro de Preço – IRP – Manual o Gerenciador, Brasília, agosto/2007, p. 4, disponibilizado no portal de compras do Governo

Federal https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/manuais/siasgnet/manual_irp-1.pdf)

26. Neste sentido, o entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU, manifesto pelo Acórdão nº 2.692/2012 – Plenário, a IRP é um sistema informatizado criado para permitir a ampla divulgação do interesse de um órgão em realizar o registro de preços e materiais, possibilitando a participação de outros órgãos ou entidades interessados ainda durante o procedimento licitatório, aumentando a perspectiva de quantitativos mínimos a serem adquiridos e a possibilidade de obtenção de economia de escala.

27. Não se verifica nos autos documentos sobre o registro e divulgação de IRP para contratação *sub examine* pelo TRE-SE no Sistema Comprasnet, impossibilitando afirmar se este procedimento foi realizado por meio do sistema. No entanto, houve, por parte deste Regional, manifestação expressa de adesão a participação da SRP formado por meio do PE nº 35/2022 do TRE-ES, consoante Ofício-circular n. 1/2022 – TRE-ES/PRES/DG/STI ([0806269](#)) e Ofício n. 53/2022 - PRES/DG/GABDG ([0807818](#)). Apesar de convite e a comprovação de seu aceite juntados não terem ocorridos por intermédio do mecanismo eletrônico estipulado pelo decreto, entende-se que objetivo de publicização preconizado pela norma foi preservado, pois ele possibilitou a divulgação e participação de diversos TREs da fase de planejamento da contratação compartilhada, potencializando maior economia de escala - conforme averiguar na ARP n. 04/2022 - ainda, evitou potenciais futuros “órgãos caronas” que desde os procedimentos iniciais já estavam participando do processo licitatório para SRP em comento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

28. Nesse sentido, vede, o seguinte trecho do Acórdão n. 2.692/2012 – Plenário, do Tribunal de Contas da União (TCU), expendidos antes ainda da edição do Decreto Federal n. 7.82/2013:

Acórdão:

(...)

9.4 recomendar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que empreenda estudos para aprimora a sistemática do Sistema de Registro de Preço, objetivando **capturar ganhos de escala nas quantidades adicionais decorrentes de adesões previamente planejadas e registradas de outros órgãos e entidades que possam participar do certame**, cujos limites de quantitativos deverão estar em conformidade com o atendimento firmado pelo Acórdão 1.233/2012 – Plenário. (sem grifo no original)

29. Além disso, segundo o art. 4º, *caput*, do Decreto n. 7.892/2013, apenas os órgãos integrantes do Sistema de Serviço Gerais (SISG) são obrigados a operacionalizar a divulgação a IRP por meio do módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais (SIASG), ou seja, somente na esfera do Poder Executivo Federal. E se tratando dos órgãos/entidades não integrantes do SISG, independente da esfera (federal, estadual ou municipal), só deverão utilizar este tipo de divulgação citada quando houver normativo próprio aplicado no âmbito destes órgãos/entidades instituindo a figura da IRP em termos semelhantes ao do disposto no art. 4º mencionado ou, então, com determinação expressa da adoção do referido decreto federal.

30. No âmbito deste TRE-RO, existe a previsão de adoção da normatização de regulamentação sobre o SRP expedida pelo Poder Executivo Federal, conforme art. 3º da Resolução TRE-RO n. 001/2006. Assim, a sua utilização (da IRP como órgão gerenciador por meio módulo do sistema e do Decreto Federal n. 7.892/2013) é compulsória. Em outras palavras, caso não seja observada pelo TRE-RO, o procedimento não estará condizente com o arcabouço jurídico adotado e, consequentemente, será indevida.

31. Não obstante, o mesmo não se pode afirmar do TRE-ES, pois não consta nos autos esta informação. Assim, considerando a presunção de legalidade do ato administrativo, esta unidade jurídica infere que a via eleita para a divulgação da IRP, com intento de proceduralizar a SRP em comento, pelo TRE-ES está adequada e compatível com os seus normativos próprios disciplinadores da matéria no seu próprio âmbito.

32. No caso em tela, observa-se que a participação colaborativa deste Regional no PE nº 35/2022, conduzido pelo TRE-ES, para que possam contratar conjuntamente os objetos de interesse descritos no TR (0865124, p. 14-29), está amparado nos normativos mencionados



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

acima. Ademais, tal medida visa atender aos princípios da eficiência e da economicidade, uma vez que maiores quantidades de certo promoveram a obtenção de menores preços, resultante da competitividade e da economia de escala.

33. Por outro lado, pode-se comparar a forma como foi delineada a contratação da STIC pretendida com a compra nacional, também, disciplinada no Decreto n. 7.892/2013, o qual traz sua conceituação no art. 2º, VI, definição de órgão participante de compra nacional no art. 2º, VII, e as suas regras específicas previstas nos art. 6º, § 2º, § 3º e § 4º. Veja-se:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

(...)

VI - compra nacional - compra ou contratação de bens e serviços, em que o órgão gerenciador conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada de programa ou projeto federal, mediante prévia indicação da demanda pelos entes federados beneficiados; e [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

VII - órgão participante de compra nacional - órgão ou entidade da administração pública que, em razão de participação em programa ou projeto federal, é contemplado no registro de preços independente de manifestação formal. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

Art. 6º (...)

§ 2º No caso de compra nacional, o órgão gerenciador promoverá a divulgação da ação, a pesquisa de mercado e a consolidação da demanda dos órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, comprovada a vantajosidade, fica facultado aos órgãos ou entidades participantes de compra nacional a execução da ata de registro de preços vinculada ao programa ou projeto federal. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

§ 4º Os entes federados participantes de compra nacional poderão utilizar recursos de transferências legais ou voluntárias da União, vinculados aos processos ou projetos objeto de descentralização e de recursos próprios para suas demandas de aquisição no âmbito da ata de registro de preços de compra nacional. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

(...)

34. A compra nacional ocorre quando o órgão gerenciador, institui um SRP destinado à execução descentralizada de programa ou projeto federal, mediante indicação prévia das demandas por parte dos entes beneficiários (geralmente da esfera estadual ou municipal). O objetivo deste SRP é promoção, pelo órgão gerenciador do programa ou projeto federal, de licitação para atender as necessidades das entidades beneficiárias do programa e não as suas próprias, inclusive não é necessário o aval formal dos órgãos participantes de compras nacionais, devendo somente indicar de forma prévia suas demandas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

35. O paralelo entre a compra nacional e a contratação ora em comento é estabelecido porque esta foi desencadeada em razão de conjectura em esfera nacional da Justiça Eleitoral sobre segurança em TIC que originou a **Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral**. Isto é, da mesma forma que a compra nacional, a contratação pretendida visa solucionar problemas no que tange ao atendimento de uma demanda social. E, por esta ótica, igualmente caberia a este Tribunal a comprovação da vantajosidade mencionada no art. 6º, § 3º, pois este princípio é inerente a todas as despesas realizadas pela Administração Pública. **À vista disso, recomenda-se que antes de adesão a IRP nas demais contratações similares sejam demonstradas nos autos a suas vantajosidade em detrimento de ser realizar uma licitação própria, mesmo que tal diretriz tenha sido objeto de discussão nacional entre os órgãos desta Justiça Especializada.**

36. É importante destaca duas figuras participam deste procedimento: **órgão gerenciador** e **órgão participantes**. Aquele é responsável por conduzir o procedimento relacionados ao SRP (tanto o procedimento licitatório quanto a administração da ARP dele decorrente) e suas atribuições estão descritas no art. 5º do Decreto nº 7.892/13. Já este é órgão/ entidade que manifesta interesse em participar dos procedimentos iniciais do SRP e integra a ata, tendo suas competências elencadas no art. 6º, caput, inciso I a III, do mesmo Decreto, *in verbis*:

Art. 6º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), e da [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#), adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam **formalizados e aprovados pela autoridade competente**;

II - **manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços**, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - **tomar conhecimento da ata de registros de preços**, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições. (sem grifo no original).

37. Quanto aos incisos II e III citados, verifica-se sua regularidade. A concordância com o objeto a ser licitado, inclusive seu quantitativo foi atendido, como se verifica nos documentos anexados aos eventos [0806269](#), [0807723](#), [0807860](#) e [0807818](#). E a ciência da ARP nº 52/2022, oriunda do PE nº 04/2022, é atestada pelo Ofício-circular da Diretoria Geral n. 4 – TRE-ES/PRE/DG/GAB-DG inserido ao evento [0865120](#) e pela a juntada da própria ata em questão nos autos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0865123](#)). Neste ponto, sugere-se que a unidade gestora da contratação acompanhe o gerenciamento da ARP no TRE-ES, a fim de ter conhecimento de eventuais alterações.

38. Já com relação a obrigação prevista no inciso I do dispositivo legal citado, constata-se que a inclusão no registro de preço foi formalizada neste Tribunal por meio dos documentos juntados no presente autos, iniciando-se com o Despacho nº 310/2022 – PRES/DG/GABDG de lavra da Diretora-geral ([0806270](#)).

39. Ainda, faz-se necessário citar a IN TRE-RO nº 04/2008, norma interna sobre procedimentos de contratação de serviços e compras de qualquer natureza e de gestão contratual no âmbito deste Regional, a qual dispõe em seu art. 19 as regras de participação do TRE-RO em aquisições e contratações conjuntas, *in verbis*:

Art. 19. Nos termos da legislação aplicável, o TRE/RO poderá participar de processo de contratações conjuntas com outros órgãos federais através de registro de preços, seja na condição de órgão gerenciador ou participante, sempre comprovada a conveniência de tal operação.

§ 1º **Havendo interesse, o Secretário da SAOFC lavrará manifestação circunstanciada, submetendo-a à deliberação da autoridade competente para autorizar a despesa.**

§ 2º Autorizada o pedido, o processo seguirá as disposições da legislação e regulamentação aplicável a esse procedimento especial de registro de preços. (sem grifo no original)

40. Apesar de não detalhado o ingresso deste Tribunal na condição de participante em certame de registro de preços patrocinado por outro órgão federal, duas etapas são descritas: a) manifestação circunstanciada de interesse lavrada pelo secretário da SAOFC; e b) deliberação da autoridade competente para autorizar a despesa. É evidente que tais etapas são prévias a adesão à IRP, por meio do sistema Comprasnet, quando possível.

41. No caso em análise, após o despacho citado e manifestação conjunta da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE) com Seção de Suporte e Aplicação (SESAP) - [0807292](#), o secretário da STIC anuiu à manifestação positiva da unidade técnica e indicou os quantitativos dos itens ([0807723](#) e [0807860](#)), embasando a efetivação da adesão à IRP do TRE-ES feita pela Diretora-geral deste Tribunal por meio do Ofício n. 53/2022 – PRES/DG/GABDG ([0807818](#) e [0809120](#)).

42. Desta forma, conquanto a ausência de manifestação circunstanciada do secretário da SAOFC nos termos balizado pela IN TRE-RO 04/2008, houve deliberação tácita sobre o assunto pela autoridade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

competente (Diretora-geral, conforme inciso I do art. 1º da Portaria nº 66/2018), tornando o procedimento interno em comento regular, pois a autorização da DG supri as falhas em relação ao estabelecido pelo artigo 19 da IN mencionada.

43. Tem-se em relevo que poderá a Administração utilizar-se da futura Ata de Registro de Preços por um período de até 12 meses de sua assinatura, desde que dentro dos limites quantitativos regulamentares, como também pode **permitir desencadear a licitação independentemente da existência de recursos financeiros para a realização das contratações.**

44. No tocante à **disponibilidade orçamentária e financeira**, como já mencionado, é permitido desencadear o PE para formação de registro de preço independentemente da existência de recursos financeiros para realização das contratações, consoante regra expressa contida no **§ 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013:**

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

45. Nesse sentido, a **Orientação Normativa/AGU nº 20, de 01/04/2009**, assim direciona: “Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato”. REFERÊNCIAS: arts. 15 e 38, caput, da Lei nº 8.666, de 1993; art. 3º do Decreto nº 3.931, de 2001; Acórdãos TCU 3.146/2004-Primeira Câmara e 1.279/2008-Plenário.

46. Constata-se a Programação Orçamentária ([0925436](#)), no valor de R\$ 23.996,00 (vinte e três mil novecentos e noventa e seis reais), que comprova a disponibilidade orçamentária para abarcar com a despesa pretendida, podendo, portanto, ser firmado o contrato com a empresa **QUALITEK TECNOLOGIA LTDA.**, CNPJ n. 10.224.281/0001-10, detentora da ARP em análise.

47. Por fim, cabe salientar que, nos termos do § 1º, do art. 6, do Decreto 7.892/2013, o órgão participante possui competência para aplicação de sanções decorrente do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, devendo informar as ocorrências ao órgão gerenciador.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V – CONCLUSÃO

48. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica conclui pela:

a) inexistência de óbice jurídico, ressalvados os critérios de oportunidade e conveniência do gestor público, na atuação do TRE-RO, como órgão participante da contratação conjunta de licenças de acesso à plataforma integrada de treinamento online, especializada em oferta de conteúdos de capacitação e conscientização em Segurança da Informação pelo período de 36 meses (Plataforma KnowBe4, versão *Diamond*), para atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Espírito Santo (TRE-ES) e demais órgãos partícipes, gerenciada pelo TRE-ES, e divulgada por meio do Ofício-circular n. da Diretoria Geral n. 1/2022 - TRE-ES/PRE/DG/STI ([0806269](#)) e processada no Pregão Eletrônico – SRP – n. 35/2022 (Processo SEI n. 0001048-53.2022.6.08.8000) - [0865124](#), com fulcro **art. 15, II, da Lei n. 8.666/93 c/c no art. 4º, do Decreto Federal nº 7.892/2013 c/c art. 19, IN TRE-RO nº 004/2008**; e

b) pela possibilidade jurídica da contratação da solução de TIC pretendida na quantidade do item solicitada pela unidade técnica ([0887076](#)) e registrada para este órgão participante na ARP n. 04/2022 ([0865123](#)), gerenciada pelo TRE-ES, que será firmado por meio da assinatura da Minuta do Contrato ([0931711](#)) com a empresa **Qualitek Tecnologia Ltda.**, CNPJ n. 10.224.281/0001-10.

Registre-se que, conforme já apontado no **tópico 46 deste opinativo**, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à previsão de execução orçamentária de 2022 ([0925405](#)) e comprovação da sua programação ([0925436](#)).

49. Quanto as **minutas do edital e do contrato produzidas no âmbito do PE 47/2022** ([0865124](#)), depreende-se que estes instrumentos foram APROVADOS pela assessoria jurídica do órgão gerenciador, nos termos do **§4º do art. 9º do Decreto nº 7.892/2013, incluído pelo Decreto 8.250/2014, c/c art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/1993**. Portanto, torna-se descabido uma nova análise jurídica por esta AJSAOFC. O que se coaduna com a Orientação Normativa AGU nº 64, de 29 de maio de 2020, veja-se:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 64, DE 29 DE MAIO
DE 2020**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I) NO ÂMBITO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, AS COMPETÊNCIAS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 38 DA LEI 8.666, DE 1993; E DO ART. 11, INCISO VI, ALÍNEA "A", DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993; RELATIVAS À APROVAÇÃO DA MINUTA DE EDITAL E CONTRATO ADMINISTRATIVO, **SÃO DA EXCLUSIVA ALÇADA DA UNIDADE CONSULTIVA QUE PRESTA ASSESSORAMENTO JURÍDICO AO ÓRGÃO GERENCIADOR DO CERTAME.**

II) O ÓRGÃO PARTICIPANTE E O ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO SOLICITAR MANIFESTAÇÃO DAS RESPECTIVAS CONSULTORIAS JURÍDICAS QUE LHE PRESTAM ASSESSORAMENTO ACERCA DA JURIDICIDADE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO OU ADESAO, ESPECIALMENTE NOS CASOS EM QUE HAJA DÚVIDA DE ORDEM JURÍDICA OBJETIVAMENTE EXPOSTA. Referência: Parecer nº 9/2015/DECOR/CGU/AGU; a Nota nº 141/2017/DECOR/CGU / AGU ; Nota nº 148/2018/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 92/2019/DECOR/CGU/AGU Art. 38, inciso VI, e parágrafo único da Lei nº 8.666, de 1993; art. 11, inciso VI, alínea "a", da Lei Complementar nº 73, de 1993; e Art. 9º, § 4º, do Decreto nº 7.892, de 2013.

Contudo, é salutar juntar aos autos, caso seja possível, o parecer jurídico do órgão gerenciador que aprovou estes instrumentos, bem como a comprovação da publicação da ARP no meio de divulgação adequado, com intuito de melhor instrução dos autos.

50. Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inabilitada para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto da contratação.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 10/11/2022, às 11:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 10/11/2022, às 11:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0936695** e o código CRC **C21E2890**.

0000873-69.2022.6.22.8000

PROCESSO: 0000873-69.2022.6.22.8000

INTERESSADO: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo - TRE-ES

ASSUNTO: Adesão à intenção de registro de preço (órgão participante) – SRP – Pregão Eletrônico nº 35/2022 TRE-ES – Ata de Registro de Preços nº 4/2022 – licença de acesso à Plataforma Integrada de Treinamento Online, especializada em oferta de conteúdos de capacitação e Conscientização em Segurança da Informação.

DESPACHO Nº 1499 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pelo Gabinete da Diretoria-geral (GABDG), com o objetivo de, conjuntamente com os demais Tribunais Regionais Eleitorais (TRE's), se efetuar contratação de empresa para eventual fornecimento de solução de licença de acesso à Plataforma Integrada de Treinamento Online, especializada em oferta de conteúdos de capacitação e Conscientização em Segurança da Informação, via adesão à **INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS divulgada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES)** que tomou para si a missão de conduzir o processo administrativo de contratação da solução de acordo com as contratações previstas na Estratégia Nacional para atender a Justiça Eleitoral do país (**Ofício-Circular n. 1/2022 - TRE-ES/PRE/DG/STI - [0806269](#)**).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em cumprimento aos procedimentos estabelecidos pela Resolução CNJ nº 182/2013, o TRE-ES elaborou o **ETP (0865125) - contendo Análise de Viabilidade, Sustentação do Contrato, Estratégia para Contratação e Análise de Risco**, nos termos do § 2º do art. 12 da resolução citada - e **Termo de Referência juntado como anexo I ao evento n. 0865124**.

A contratação está prevista na Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral, Anexo I – Arquitetura de Cibersegurança – 2021 a 2024 – TSE e TRES (0731737), item SG10 – Solução para Cibersegurança da Justiça Eleitoral, enviada aos TREs por meio do Ofício-Circular GAB-DG TSE 254/2021, de agosto de 2021, e fundamentada no Acórdão TCU/Plenário 3143/2021 (item 9.1.5), onde coube ao TRE-ES com apoio do TREs do Distrito Federal, Goiás e Tocantins, a condução do processo administrativo de contratação da solução pretendida como órgão gerenciador na elaboração dos documentos de planejamento, que contemplará as demandas de todos os demais TREs interessados, inclusive, no que se refere a estimativa inicial do valor desta contratação para os demais tribunais.

A Coordenadora de Educação e Desenvolvimento - COEDE em substituição manifestou-se pela participação na contratação conjunta da solução que promoverá a elevação do grau de conhecimento e de consciência quanto à cultura da segurança da cibernética no âmbito deste Regional, culminando na desoneração da equipe do TRE-RO em contratação similar, e em uma economia de escala, uma vez que vários TREs participarão do certame (0807292) no que foi acompanhada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC (0807723) que informou a estimativa de quantitativo para cada item do objeto, conforme Informação nº 28/2022 – PRES/DG/STIC/GABSTIC (0807860), com a expedição do ofício pela Diretoria-Geral (0807818/0808733) ao órgão gerenciador (TRE-ES).

Para instruir o feito, foram juntados todos os documentos produzidos na fase de instrução e tramitação do processo administrativo referente ao Pregão Eletrônico TRE-ES SRP nº 35/2022: Estudo Técnico Preliminar - 0865125, Edital do Pregão Eletrônico SRP n. 35/2022, contendo, em anexo, Termo de Referência (Anexo I), Declaração de dados cadastrais do Licitante (Anexo II), Minutas de Instrumentos Contratuais (Anexo III) e Proposta Comercial para composição de Preços (Anexo IV).

No âmbito deste Tribunal, a COEDE elaborou Solicitação de Contratação 10 (0887076), impulsionando as providências necessárias deste Tribunal para realização da contratação, consoante Despacho n.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2189/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0887157](#)), havendo elaboração do Estudo Técnico Preliminar ([0895643](#)), Termo de Referência n. 12/2022 - COEDE ([0895645](#)) e da Informação Conclusiva do Valor Estimado ([0895643](#)), havendo a posterior desconsideração de todos os documentos, em razão de serem oriundos trâmite processual indevidamente impulsionado pelo Despacho n. 2189/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0887157](#)), o qual foi anulado no Despacho n. 2972/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0924938](#)).

Em cumprimento à determinação constante no evento n. [0919751](#), a SAC, em análise do Termo de Referência, a SAC baixou os autos em diligência com indicação de diversas recomendações de itens não atendidos para posterior prosseguimento da análise ([0924352](#)).

De posse dos autos a COEDE juntou ao evento n. [0924892](#) as certidões de regularidade fiscal e trabalhista da empresa QUALITEK TECNOLOGIA LDATA, bem como anotou, nos termos do evento n. [0924895](#), não haver necessidade de elaboração de solicitação de participação na IRP; inexistência de RP; ou nova pesquisa de preços para mostrar vantajosidade tendo em vista que todos esses documentos e exigências já foram cumpridas pela equipe de planejamento do TRE-ES.

O Secretário da SAOFC exarou novo comando à COFC, SECONT e AJSAOFC, e com base nesse novo comando, a SECONT juntou no evento n. [0931711](#) minuta do instrumento contratual que irá reger a Contratação pelo TRE-RO, referente ao objeto constante da Ata de Registro de Preços n. 4/2022/TRE-ES (assinada em 21/07/2022, com vigência por 12 meses, a contar da sua última assinatura eletrônica), e gerenciada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES).

Em seguida juntou-se aos autos a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 23.996,00 (vinte e três mil novecentos e noventa e seis reais)** para custear a despesa ([0925436](#)), registrando que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro (Proposta orçamentária 2022 registrada no processo nº **0003698-54.2020.6.22.8000**).

Instada, a AJSAOFC opinou, em síntese, pela inexistência de óbice legal na adesão à ARP nº 4/2022, oriunda do PE nº 35/2022 TRE-ES; pela possibilidade jurídica da contratação da solução de TIC pretendida nas quantidades de todos os itens registradas para este órgão participante na ARP n. 4/2022, gerenciada pelo TRE-ES, que será firmado



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

por meio da assinatura da Minuta do Contrato ([0931711](#)) com a empresa **Qualitek Tecnologia Ltda.**, CNPJ n. 10.224.281/0001-10, dispensando-se uma nova análise jurídica das **minutas do edital e do contrato produzidas no âmbito do PE 35/2022**, uma vez que estes instrumentos foram APROVADOS pela assessoria jurídica do órgão gerenciador, conforme eventos n. [0942364](#) e [0942366](#) (Pareceres Jurídicos n. 784 e 796/2022).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela autorização da despesa com contratação conjunta nas quantidades de todos os itens, registradas para este órgão participante na ARP n. 4/2022, que será firmado por meio da assinatura da Minuta do Contrato ([0931711](#)) com a empresa **Qualitek Tecnologia Ltda.**, CNPJ n. 10.224.281/0001-10, nos mesmos moldes do parecer exarado pela AJSAOFC, com a publicação do ato apenas no DJE em respeito ao princípio da publicidade ([0944160](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, considerando tratar-se de contratação de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, devem ser observadas as diretrizes específicas previstas pela Resolução CNJ nº 182/2013. No caso em apreço, mesmo não sendo produzidos os documentos exigidos no âmbito deste Tribunal, todos os trâmites prévios para aquisição do objeto pretendido foram definidos pelo TSE, como se verifica no Ofício-circular GAB-DG n. 1/2022 ([0806269](#)), bem como das informações extraídas do **ETP** juntado ao evento n. [0865125](#).

Compulsando os autos, verifico que, conforme previsto na Estratégia Nacional de Cibersegurança TSE e TREs (2021 a 2024), a equipe de planejamento do TRE-ES assumiu a missão de conduzir o processo administrativo de contratação da PLATAFORMA DE CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM SEGURANÇA CIBERNÉTICA em apreço como órgão gerenciador, elaborando todos os documentos exigidos na legislação de regência e processando a contratação via certame licitatório (TRE-ES SRP nº 35/2022).

O procedimento resultou na assinatura e publicação da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TRE/ES Nº 04/2022 ([0865123](#)), o que viabilizou a contratação das Licenças de acesso à plataforma integrada de treinamento online, especializada em oferta de conteúdos de capacitação e conscientização em Segurança da Informação por parte de todos os Tribunais Regionais Eleitorais participantes (KnowBe4, versão “Diamond”).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

No caso em tela, a participação colaborativa deste Regional no PE SRP nº 35/2022 conduzido pelo TRE-ES, para que possa contratar conjuntamente os objetos de interesse descritos no ETP ([0865125](#)), TR/ES ([0865124](#)) e reproduzidos no TR-RO n. 12/2022 deste Regional ([0895645](#)), está amparado nas normas de regência (**artigo 2º, IV e prescrita pelo artigo 6º, ambos do Decreto nº 7.892/2013**). Ademais, tal medida reduzirá sensivelmente os custos diretos e indiretos com os trâmites de um certame, além de possibilitar a redução dos valores estimados em razão da compra em escala gerada por este agrupamento de demandas. Nesses termos, tal medida atenderá aos princípios da eficiência e da economicidade, ficando demonstrada sua vantajosidade.

Como bem registrado no parecer da AJSAOFC, em que pese não haver informação acerca do registro e divulgação da IRP por meio sistema pontuado no Decreto 7892/2013 (SIASG), verifica-se que o objetivo de publicidade preconizado pela norma foi preservado, consoante Ofício-circular n. 1/2022 - TRE/ES/PRE/DG/STI ([0806269](#)) e Ofício n. 53/2022 - PRES/DG/GABDG ([0807818](#)), que possibilitaram a divulgação e participação de diversos TRE's da fase de planejamento da contratação compartilhada.

Além disso, em cumprimento aos termos trazidos na legislação de regência (art. 6º do Decreto 7892/13), ressalta-se que há registro da concordância com o objeto a ser licitado, inclusive seu quantitativo foi atendido, como se verifica nos documentos anexados aos eventos [0807292](#), [0807723](#) e [0807818](#). E a ciência da ARP nº 4/2022, oriunda do PE nº 35/2022, é atestada pelo Ofício-circular n. 4/2022 – TRE-ES/PRE/DG/GAB-DG ([0865120](#)) e pela juntada nos autos da própria ata em questão ([0865123](#)), bem como tem-se que a inclusão no registro de preço foi formalizada neste Tribunal por meio dos documentos juntados no presente autos, iniciando-se com a remessa nº 76/2022 – PRES/DG/GABDG de lavra desta Diretora-geral ([0807173](#)).

Em que pese a ausência de manifestação circunstanciada do secretário da SAOFC nos termos balizados pela IN TRE-RO 04/2008, houve deliberação tácita sobre o assunto pela autoridade competente (Diretora-geral, conforme inciso I do art. 1º da Portaria TRE-RO nº 66/2018), tornando o procedimento interno em comento regular, pois a autorização da DG supre as falhas em relação ao estabelecido pelo artigo 19 da IN mencionada.

No tocante à disponibilidade orçamentária e financeira, como já mencionado pelo bem lançado Parecer Jurídico AJSAOFC ([0936695](#)), é permitido desencadear o Pregão Eletrônico para



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

formação de registro de preço, independentemente da existência de recursos financeiros para realização das contratações, consoante regra expressa contida no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013. Contudo, não há óbice para ser firmado o contrato com a detentora da ARP em análise, uma vez que a Programação Orçamentária ([0925436](#)), no valor de R\$ 23.996,00 (vinte e três mil novecentos e noventa e seis reais) comprova a disponibilidade orçamentária para abarcar com a despesa pretendida.

Pelo exposto, ante o atendimento de todos os requisitos necessários à presente adesão à IRP, sendo certo que foram atendidos os requisitos exigidos nos diplomas normativos em vigor, bem como apurada a vantajosidade da aquisição pela unidade solicitante, e com base nas atribuições conferidas pela Portaria GP nº 66/2018:

1 - aprovo o ETP ([0865125](#)) e o Termo de Referência anexo ao edital juntado ao evento n. [0865124](#), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019, regras do Decreto Federal n. 7.892/2013 e, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008;

2 - Aprovo o valor estimado adotado para contratação da solução ([0895643](#)), em atendimento ao item 44 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário, uma vez que todos os custos resultantes de toda etapa de planejamento foram obtidos a partir de consultadas de possíveis fornecedores no mercado de TIC;

3 - Autorizo a despesa por meio de participação conjunta da solução unificada de licença de acesso à Plataforma Integrada de Treinamento Online, especializada em oferta de conteúdos de capacitação e Conscientização em Segurança da Informação (KnowBe4, versão “Diamond”), para atender às necessidades do TRE-ES e demais órgãos partícipes, gerenciada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), e divulgada por meio do Ofício-circular nº 1/2022 – TRE-ES/PRE/DG/STI ([0806269](#)) e processada no Pregão Eletrônico nº 35/2022 (Processo SEI n.º 0001048-53.2022.6.08.8000), com fulcro **art. 15, II, da Lei n. 8.666/93 c/c no art. 4º, do Decreto Federal nº 7.892/2013 c/c art. 19 da IN TRE-RO nº 004/2008**; e

4 - Autorizo a lavratura do Contrato, conforme minuta juntada no evento [0931711](#) e, conseqüentemente, a emissão da nota de empenho em favor da empresa QUALITEK TECNOLOGIA LTDA, CNPJ 10.224.281/0001-10, no valor de **R\$ 23.996,00** (vinte e três mil e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

novecentos e noventa e seis reais), condicionada à regularidade fiscal da empresa.

À SAOFC para continuidade das ações necessárias à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 06/12/2022, às 14:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0945613** e o código CRC **ACA539FC**.

0000873-69.2022.6.22.8000